O (in)compreendido turismo sexual: algumas notas metodológicas para se pensar o comércio do corpo

Jean Henrique Costa*

Resumo

O breve ensaio a seguir discute a temática do "turismo sexual" como uma realidade estrutural de muitos espaços turísticos brasileiros, objetivando fornecer algumas notas metodológicas para sua análise e, conseqüentemente, evitar uma compreensão valorativa do fenômeno.

Palavras-chave: prostituição; turismo; sexo-turismo; Brasil.

El incomprendido turismo sexual: algunas notas metodológicas para pensar el comercio del cuerpo

Resumen

El breve ensayo siguiente examina el tema del "turismo sexual" como una realidad estructural de muchos espacios turísticos de Brasil, con el objetivo de ofrecer algunas anotaciones metodológicas para su análisis y evitar, así, una comprensión valorativa del fenómeno.

Palabras clave: prostitución; turismo; turismo sexual; Brasil.

* **JEAN HENRIQUE COSTA** é doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN).

As ignorâncias e as certezas que temos diante de determinado problema histórico-cultural derivam, estruturalmente, da nossa própria existência humana. Concordamos com Edmund Leach (1983, p.123) que “*a ignorância é uma coisa relativa, e obviamente somos todos ignorantes em algum grau, particularmente no que diz respeito ao sexo*”.

O sexo como objeto de análise sociológica deve, *a priori*, reconhecer o caráter arbitrário de nossas representações, muitas delas de difícil desconstrução, haja vista a naturalização do corpo. “*Olhemos para nós mesmos, neste momento. Tudo em nós todos é imposto*” (MAUSS, 2003, p.408). Nessa tensão, muitas discussões relativas ao tema do comércio do corpo se revestem fortuitamente de uma crosta moral que impede a observação de faces de uma realidade que é, em si, mais ampla do que certas análises *substancialistas*¹. Seja como for, se o sexo é culturalmente fetichizado, suas análises devem procurar sair desta armadilha.

Primeiramente, o tema da subordinação universal das mulheres parece ser consenso dentre os estudos feministas, de gênero e da mulher² (ORTNER,

1979; ROSALDO; LAMPHERE, 1979; FRANCHETTO, 1981; MACHADO, 1994; SEGATO, 1998; PISCITELLI, 2004). Uma constatação desta amplitude estampa nas relações, tanto sociais, quanto acadêmicas, uma questão de certa forma inquietante, a saber, os tipos de variabilidades destas assimetrias de poder, suas conexões e seus desvios.

Uma dessas especificidades de hierarquização das diferenças de gênero é, sem dúvida, a temática da prostituição feminina, mais especificamente, a do mercado de serviços sexuais. Pensamos como Lopes Júnior (2004) quando afirma, baseado nos escritos de Viviana Zelizer, que a noção de “O” mercado do sexo enquanto fenômeno unitário é insustentável como categoria de pensamento, já que integraria práticas diversas numa mesma categorização homogênea: prostituição, *strip-tease*, produções pornográficas, sexo-turismo, etc. Torna-se, destarte, abstruso pensar numa dada pureza e unidade (homogeneidade) do mercado. Pensar sobre “O” mercado seria negar muitas especificidades e perder de vista dinâmicas peculiares de algumas de suas vertentes, muitas vezes com alto grau de autonomia. Por conseguinte, para fins de delimitação, pensemos, então, na prostituição feminina advinda do fenômeno turístico, mais conhecida como *turismo sexual*.

Delimitam-se neste breve ensaio os serviços sexuais femininos em virtude de existir também o comércio do corpo masculino, expresso pelos mais variados enquadramentos ordenatórios: gay,

¹ O modo de pensar substancialista é aquele “que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades **substanciais**, inscritas de uma vez por toda em uma espécie de *essência* biológica ou – o que não é melhor – cultural [...]” (BOURDIEU, 1996, p.17).

² Embora, segundo Piscitelli (2004), o pensamento feminista esteja longe de constituir um todo unificado.

transexual, travesti, etc. Conforme realça Pelúcio (2005), *na noite nem todos os gatos são pardos*.

Mesmo após essa basal demarcação, um outro problema de resolução metodológica emerge, a saber, o que significa conceitualmente a expressão *turismo sexual*. Trata-se simplesmente do encontro do turista com os agentes primários deste suposto mercado, ou seja, as mulheres que ofertam seus serviços? Ou mais além, trata-se de uma atividade estruturada, formada através de redes racionalmente organizadas entre seus agentes (hotéis, pousadas, restaurantes, guias de turismo, bares, “cafetões”, etc.), inclusive com mecanismos de promoção e circulação fora das áreas tradicionais do espaço do sexo? A resposta conduz o leitor a duas saídas. Considerando a primeira questão, o exercício do turismo sexual é praticamente uma condição global dentre as realidades turísticas, pois, como fato humano, é sempre possível o encontro libidinoso entre os autóctones e os *outsiders*. Temos aí, logo, um episódio social trivial e, em termo de realidade turística, quase nada macro-estruturante para a dinâmica social dos municípios receptores. Todavia, considerando a segunda questão, retorna-se o problema citado no argumento introdutório deste ensaio, isto é, o da subordinação feminina, desta vez, por meio de recursos diversos que não *apenas* o de sua condição cultural.

Outra ressalva importante do presente ensaio reside na preferência dentre certos pesquisadores em vitimar seus

informantes, como se estes fossem padecentes de processos conspiratórios no qual estruturas os esmagariam frente às dinâmicas socioeconômicas hegemônicas (*capitalismo, sistema, modernidade, racionalidade, globalização*, etc.). A dinâmica do turismo sexual, embora também imersa num quadro de violência estrutural, social e simbólica, possui algumas peculiaridades interessantes. Uma delas é o alto grau de profissionalização de algumas garotas de programa, que, a depender de seus atributos físicos e imersão em determinadas redes sociais, chegam a auferir rendimentos mensais acima da média nacional de qualquer trabalhador supostamente “bem” remunerado. A reportagem estampada em *O Jornal de Hoje*, de 20 de maio de 2010, ilustra bem esse mercado luxuoso da prostituição, ao apontar uma garota de programa potiguar que chega a auferir entre 15 e 20 mil reais mensais (custo médio do programa de R\$ 400,00 por 1h30 de sexo). Por isso, não se trata exclusivamente de meninas excluídas, mas sim de um mercado em que algumas ganham mais, outras menos; algumas sofrem mais seus efeitos perversos, outras menos (embora saibamos que uma ínfima parcela se enquadre nesse estrato privilegiado). A desigualdade interna do mercado é, assim como nos demais mercados, intrínseca. Por exemplo, o estudo de Libório (2005) apontou, dentre sua amostra qualitativa que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes em uma cidade de médio porte do interior paulista, a presença marcante de meninas

afro-descendentes (de pele escura), com problema de privação econômica e baixa escolaridade em circunstâncias de meretrício. Essa situação é efetivamente presente no turismo sexual; contudo, não é a expressão monolítica de todo o comércio do sexo. Uma grande heterogeneidade existe na atividade do prazer, que varia desde as características citadas às meninas brancas, de classe média e universitárias envolvidas com a corretagem do corpo.

Objetiva-se não cair na chamada armadilha do “*pânico moral*” (DAVIDA, 2005³), ou seja, o assombro antecipado de uma realidade que não possui – ainda – comprovação científica, conforme orientação do Grupo Davida (2005). Procura-se não misturar o empreendimento científico com um certo “*empreendimento moral*”; é preciso ter em mente que o pânico moral pode estimular práticas que limitam os direitos de determinados indivíduos, principalmente prostitutas e estrangeiros. Assim, análises moralizantes e engajadas sem base crítica podem criar uma situação de violação dos direitos de mulheres maiores de idade engajadas como trabalhadoras da indústria do sexo e satanizar os conseqüentes clientes. É preciso criar uma mentalidade analítica que não se resume a condenar a comercialização do sexo e, similarmente, não reprimir os fregueses de prostitutas. Há algo *mais* do que violência e exclusão. O mundo cotidiano destas mulheres é

maior do que determinadas teorias “objetivistas”, bem como “OS” mercados do sexo são bem maiores do que simples exploração.

Desta forma, as advertências metodológicas acima apontadas não visam recusar os quadros de “violência estrutural, social e interpessoal” (LIBÓRIO, 2005) vigentes na atividade do turismo sexual. Objetivam, ao contrário da negação de uma dada realidade, evitar que fatos se fantasiem emotivamente.

Espera-se contribuir com o campo dos estudos sobre o turismo sexual e, ao fugir de análises vitimizadoras, buscar pensar o mercado agenciado de serviços sexuais - à margem de qualquer regulamentação -, utilizado em escala ampliada e otimizado por agentes econômicos formais e informais, como uma realidade material crescente e de forte representação simbólica de muitos espaços turísticos.

Logo, antecipa-se que a posição deste escrito não é, nem contrária, nem a favor da atividade do comércio do corpo. O *direito* e a *liberdade* ao uso do corpo devem ser respeitados. Juízos de valor não devem “ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem, em última instância, de determinados ideais, e de por isso terem origens ‘subjetivas’” (WEBER, 2001, p. 109).

Assim, longe do “*fetichismo da vagina*”, tão bem nomeado por Pierre Bourdieu (2002)⁴, e de

³ Participaram da elaboração desse artigo Ana Paula da Silva, Thaddeus Blanchette, Anna Marina Madureira de Pinho Bárbara Pinheiro e Gabriela Silva Leite.

⁴ “É, evidentemente, porque a vagina continua a ser constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum

perspectivas ultra-liberalizantes (tudo pode!), pensamos como os antropólogos portugueses Fernando Bessa e Octávio Sacramento⁵ para o qual a atividade do comércio do corpo, por ser uma realidade estrutural, precisa ter uma existência pacífica com os demais setores da sociedade.

O que estamos alertando é que a condição universal da subalternidade da mulher escapa toda e qualquer leitura de caráter economicista. A bibliografia que tratou acerca do tema é consensual neste mote. Segundo Sherry B. Ortner (1979, p.95-98), “o status secundário feminino na sociedade é uma das verdades universais, um fato pan-cultural [...] Achamos as mulheres subordinadas aos homens em todas as sociedades conhecidas”. Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (1979, p.19) reafirmam esse argumento e completam: “embora em grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos, hoje em dia, é fato universal na vida social”. Franchetto (1981, p.18), também ao examinar vasta bibliografia sobre o tema, aponta que “uma das inquietantes

como no Direito, que literalmente exclui que as mulheres possam escolher dedicar-se à prostituição como a um trabalho” (BOURDIEU, 2002).

⁵ “Os antropólogos portugueses Fernando Bessa e Octávio Sacramento receberam o título de *persona non grata* por parte da Câmara de Vereadores de Natal, cidade litorânea do Nordeste brasileiro e um dos principais destinos do turismo sexual no Brasil. Depois de seis meses analisando a realidade local, a dupla de pesquisadores propuseram em entrevista a um jornal local a convivência pacífica entre o turismo familiar e o turismo sexual. Foi o bastante para ganharem a antipatia de parte da sociedade” (FOLHA ON LINE, 2005).

evidências com a qual as mulheres parecem defrontar-se é a regra constante de sua subordinação ou opressão”. Segato (1998), ao recapitular textos pioneiros como os de Gayle Rubin, Sherry Ortner, Nancy Chodorow, Louise Lamphere, Michelle Rosaldo, Rayna Reiter e outros, dirá que é através (e apesar) das diferenças culturais que se descobre essa tendência à universalidade da estrutura de gênero, resultando na universalidade do gênero como estrutura de dominação. É importante salientar também, segundo Machado (1994), que nem os movimentos feministas nem o campo dos estudos de gênero descobriram o caráter social naturalizado das diferenças sexuais. Apenas propuseram uma nova perspectiva e apontaram conseqüências desta desigualdade.

Deixando escapar o complexo entendimento sobre a gênese e a estrutura da desigualdade entre homens e mulheres e sua conseqüente perpetuação e naturalização, uma idéia é central neste escrito: para além de cor, classe ou nível educacional, as mulheres são oprimidas não por serem negras, pobres e sem instrução, mas simplesmente por serem *mulheres*, “pela sua *womanhood*”, conforme expressão de língua inglesa contida em Piscitelli (2004, p.46). O argumento de Piscitelli é basilar, pois, é de fácil comprovação. Essa desigualdade de gênero é verificada universalmente. A idéia de uma sociedade matriarcal é, dentre as evidências históricas e antropológicas, um mito que não encontra muita sustentação empírica.

Piscitelli (2004) afirma que entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, desfazer algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos legais, tais como o direito ao voto, à propriedade e o acesso à educação. No entanto, a desigualdade ainda permanece, histórica e geograficamente.

Enfocando a questão material, essa subordinação universal se faz sentir na realidade justamente das mulheres menos favorecidas economicamente, ou, também, das que não se satisfazem com a precarização das condições de reprodução material das sociedades atuais, acirrada pela acumulação flexível do capital pós anos 1970 nos países de capitalismo avançado e pós 1990 no Brasil.

Uma saída dessa condição de menoridade material torna-se, para muitas jovens, o comércio do corpo, principalmente em realidades periféricas que a economia local não oferece boas perspectivas de inserção na vida econômica formal/legal. Assim, o sexo perde o seu status de necessidade fisiológica e realidade emocional para se tornar mercadoria. O avanço do processo de transformação da esfera da subjetividade em valor de troca, ou seja, em mercadoria, é marca do capitalismo. A prostituição enquanto prática humana é, logicamente, anterior ao capitalismo, mas é neste modo de produção que ela ganha outros ares, tornando-se inclusive um grande mercado econômico. O ser humano, em sua integridade cultural e biológica, passa a ser mercadoria, conforme realça Erich

Fromm (1965, p.81): “o homem transformou a si mesmo numa mercadoria, e sente sua vida como um capital a ser investido com lucro”. Georg Lukács (2003, p. 223), no clássico ensaio *a reificação e a consciência do proletariado*, reforça essa verificação ao mostrar que não existe nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas propriedades físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a formas de *objetivação*.

Em muitas cidades brasileiras o sexo pago pode ser encontrado de várias maneiras. Entre calçadas, boates, *sítes*, anúncios em jornais, hotéis e agenciadores, as garotas de programa realizam sua promoção pessoal. Há, paralelo à oferta/demanda aleatória e esporádica por sexo, todo um agenciamento racional para a gestão da atividade sexual. A paisagem pretérita dos antigos cabarés, com suas vitrolas musicais acionadas por moedas (fichas), parece adereço de meados do século XX. Hoje, para além da virtualidade dos bordéis de luxo sob a forma de *sítes* de acompanhantes, o comércio do corpo expande substancialmente suas fronteiras: das calçadas à internet se encontram seus serviços, a preços variados e para preferências refinadas (observem, por exemplo, os famosos “cardápios” de mulheres).

Em muitas cidades do Brasil o chamado turismo sexual vem nas últimas décadas sendo alvo de controvérsia dentre autoridades e intelectuais, sobretudo quanto a sua efetiva existência e proporção, além

do problema peculiar da prostituição infanto-juvenil. Em alguns desses espaços, observa-se certa racionalização para com o comércio do corpo. “Todo este problema é compactuado também por vários setores da sociedade, dentre os quais destacam-se as empresas de turismo, rede de hotéis, proprietários de motéis, casas noturnas, cafetões e cafetinas, contribuindo assim, para o aliciamento dessas jovens” (TORRES; DAVIM; COSTA, 1999).

Poder público e algumas organizações não governamentais têm abertamente combatido o sexoturismo, seja através de códigos voluntários de conduta (ONGs e empresários), seja através de ações combativas (poder público). Algumas empresas turísticas, tais como hotéis, pousadas, bares e restaurantes, também se mostram solidárias a “campanha”. Contudo, fluxos turísticos vêm aumentando e, com eles, novas demandas por sexo. Para além de todas as ações atuais contra a atividade, o peso estrutural de décadas promovendo o Brasil e o Nordeste através da imagem da mulher é ainda muito forte, o que torna o resultado de toda e qualquer ação imediata muito anêmico diante do passado ainda presente.

Atualmente as políticas de turismo vêm se ampliando e novas mudanças nos espaços turísticos estão se consolidando. Uma delas é o que chamamos de *racionalização para o turismo sexual*. Para algumas garotas, é muito atrativo entrar e tem muita gente disposta a agenciar.

O apelo ao sexo nas políticas de turismo no Brasil sempre existiu. O

marketing do país no exterior reforça essa tendência na busca de “novos” turistas – embora nos últimos anos tenha decaído essa intenção explicitamente aberta e a prática venha sendo formalmente combatida por órgãos institucionais⁶.

Bignami (2002) afirma que parece ser evidente que o Brasil se vende turisticamente pelas suas belas praias, mulheres e apelo ao exótico. Para ela, relacionam-se a isso as idéias de beleza, sensualidade, libertinagem, o símbolo da mulher brasileira e a concepção da vida dos trópicos (mar, praia, sol), tornando o destino como o lugar de sexo fácil e barato. Portanto, é concreta a intenção de atrair turistas ao Brasil por intermédio de imagens de belas mulheres e com referência ao apelo sexual.

⁶ Em maio de 2007, por exemplo, no discurso de posse da Ministra da Turismo Marta Suplicy, a bandeira contra o turismo sexual foi o principal assunto de sua gestão (ZIMMERMANN, 2007).

Aldemir Martins

Newton Mesquita

Darel Valença

Darel Valença

Imagens disponíveis em: http://bvqf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/paixao.htm

Estudo⁷ patrocinado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e conduzido por pesquisadores de várias universidades brasileiras apontou o perfil do turista que viaja para o país tendo como motivação principal o sexo. Estes são homens europeus, de classe média e com idade entre 20 e 40 anos. Lideram os italianos, seguidos por portugueses, holandeses, norte-americanos e, em menor intensidade, ingleses, alemães e latino-americanos (FOLHA ON LINE, 2005). O fenômeno existe e, no mais, não é visto sob a ótica que necessita (ou é marginalizado ou visto através do já citado *pânico moral*).

Deste modo, de um lado combate-se o fenômeno com estratégias essencialmente instrumentais; de outro, a enaltecida tríade nacional *carnaval, futebol e samba* inibe qualquer estratégia séria de amenização do sexo-turismo no país. Como já destacou Gilberto Freyre (1984):

“O homem médio brasileiro não pode deixar de ser sensível à imensidade de provocações que o rodeiam. Não tanto ao vivo, como por meio de anúncios de revistas ilustradas, que se vêm esmerando na utilização de reproduções coloridas de bundas nuas, como atrativos para uma diversidade de artigos à venda. Há, no Brasil de hoje, uma enorme comercialização da imagem da bunda de mulher em anúncios atraentes. Estéticos uns, alguns lúbricos. Também se vem fazendo esse uso na televisão. E, sonoramente, em músicas apologéticas da beleza da bunda de mulher”.

O turista, sendo de carne e osso, também não escapa da bunda como “*paixão nacional*”. O saldo é, ciclicamente, mais turistas e mais sexo. Caso me seja permitido efetuar uma breve especulação, é a ausência nacional de uma política séria de turismo cultural, no sentido dilatado da expressão, que torna nosso turismo de *sol e mar* tão lesivo do ponto de vista da condição humana para muitos indivíduos que, de uma forma ou de outra, tornaram-se supérfluos para o modo de produção capitalista.

⁷ Estudo que entrevistou 1.400 pessoas entre garotas de programa e turistas estrangeiros.

Referências

- BIGNAMI, Rosana. **A imagem do turismo no Brasil**: construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- CONRADO, Carlos. Sexo na *high society*. **O Jornal de Hoje**, Natal, 20. Maio. 2010. p. 17.
- DAVIDA, Grupo. Prostitutas, “traficadas” e pãnicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu** (25), p. 153-184, jul.dez. 2005.
- FOLHA ON LINE. Italiano e português lideram turismo sexual no Nordeste. **Folha On Line**, 26. Dez. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u5441.shtml>. Acesso em: 20. dez. 2010.
- FRANCHETTO, Bruna. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M; HEILBORN, M. (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. nº 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FREYRE, Gilberto. “Uma paixão nacional”. **Biblioteca Virtual Gilberto Freyre**. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/paixao.htm. Acesso em: 01. fev. 2011 (Originalmente publicado na Revista Playboy, n. 113, dez. 1984).
- FROMM, Erich. **O dogma de Cristo e outros ensaios sobre religião, psicologia e cultura**. 2. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- LEACH, Edmund. Nascimento virgem. In: DA MATTA, Roberto (org.). **Edmund Leach**. Tradução de Alba Zaluar Guimarães *et al...* São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº. 38).
- LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: reflexão e crítica**, 18(3), p. 413-420, 2005.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. **Política e Sociedade**, n. 6, p. 165-193, abr. 2005.
- LUKÁCS, Georg. A reificação e a consciência do proletariado. In: _____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. In: **Série Antropologia**: Brasília: UNB, 1994.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, (25), p. 217-248, jul.dez. 2005.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. Introdução. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. In: **Série Antropologia**: Brasília: UNB, 1998.
- TORRES, G. de V.; DAVIM, R. M. B.; COSTA, T. N. A. da. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 9-15, julho 1999.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 107-154.

ZIMMERMANN, Patrícia. Marta diz que vai combater “com todas as forças” o turismo sexual. **Folha On Line**, 23. mar. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90595.shtml>. Acesso em: 20. dez. 2010.